

ENERGIAS RENOVÁVEIS

FÓRUM NORDESTE 2023

CARLOS ANDRÉ CARVALHO

O Congresso Nacional tem uma nova frente que nasce com a finalidade de valorizar o etanol no processo de transição energética. Formada por 203 parlamentares (192 deputados federais e onze senadores), a Frente Parlamentar do Etanol substitui a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Sucroenergético, criada em 2019, na legislatura anterior e no âmbito só da Câmara.

Sem fins lucrativos e constituída por representantes de todas as correntes políticas do Congresso Nacional, a nova frente visa estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento da infraestrutura nacional. Dentre as outras finalidades estão acompanhar e assistir o processo de transição energética de modo que o Brasil abraça o caminho dos biocombustíveis, vocação natural do País.

A criação de uma nova frente, desta vez mais ampla, deve-se, entre outras razões, à evolução do setor sucroenergético. O colegiado, criado no início deste mês e lançado oficialmente na quarta-feira (23), em Brasília, é presidido pelo deputado federal Zé Vitor (PL-MG). São duas vice-presidências: uma do Senado e a outra da Câmara. A primeira é ocupada pelo senador Fernando Farias (MDB-AL); a segunda, pelo deputado federal Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE).

Em busca da descarbonização

O presidente da frente destacou o compromisso dos parlamentares para superar os desafios do colegiado. "Temos muito trabalho pela frente, mas precisamos de todos juntos em benefício do setor", afirmou Zé Vitor. Ele também ressaltou a importância do etanol para o desenvolvimento regional e falou sobre a necessidade de interação com o setor produtivo em todo o país para ouvir as demandas.

"A transição energética para uma matriz mais limpa é fundamental para obtermos um país mais sustentável, e o etanol é um dos principais atores desse processo. Temos que cada vez mais fortalecer o setor sucroenergético na busca da descarbonização. O setor é muito importante para a economia na geração de emprego e renda", justificou Sílvio Costa Filho.

A nova frente surgiu a partir de uma articulação entre a Bioenergia Brasil - antigo Fórum Nacional Sucroenergético - e o Congresso. No comando da entidade estão o presidente da Associação da Indús-



ANA ARAÚJO/DIVULGAÇÃO

■ A Frente Parlamentar do Etanol do Congresso visa estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento da infraestrutura nacional

Nova frente fortalece transição energética

José Vitor, Sílvio Costa Filho, Renato Cunha e Mário Campos, no lançamento da frente, na sede da CNA

tria Sucroenergética de Minas Gerais (Siamig), Mário Campos (na presidência), e o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco (Sindacúcar-PE), Renato Cunha (na vice-presidência). Ambos participaram do lançamento da frente, em Brasília.

Combustível do futuro

Mário Campos ressaltou três temas importantes a tratar: o chamado "Projeto de Lei (PL) Combustível do Futuro", proposta de política pública para redução das emissões de gases de efeito estufa, que ainda não chegou ao Congresso, mas que o Executivo deve encaminhar em breve. O segundo é a Reforma Tributária, já aprovada na Câmara e que está no Senado, no que tange às alíquotas de impostos sobre o etanol. E, por último, a Política Nacional dos Biocombustíveis (RenovaBio), do Ministério das Minas e Energia, que visa expandir a produção de biocombustíveis.

"A PL Combustível do Futuro propõe, entre outras coisas, a alteração da legislação para aumentar



ARTHUR DE SOUZA/ARQUIVO FOLHA

O etanol passa a ter protagonismo na agenda energética do Congresso

a mistura de anidro na gasolina para 30%. Vai trazer, também, um novo conceito de ciclo de vida para as emissões veiculares. Hoje, temos apenas aquela emissão do cano de descarga, e ela vai trazer a questão do ciclo de vida que abrange as emissões desde quando o combustível está sendo produzido, independentemente de qual seja, até as emissões e depois se faz o balanço (do poço à roda)", explicou.

Outros temas relevantes trazidos pela PL, segundo Campos, são o

Combustível Sustentável de Aviação e a regulamentação da captura e armazenamento de carbono. Quanto à reforma tributária, atualmente são 17 diferentes alíquotas estaduais (ICMS). O empenho é para conseguir unificá-las.

"A reforma oferece a possibilidade de se gente unificar as alíquotas dos tributos sobre o etanol no Brasil todo, mas não pela alíquota maior e, sim, pela menor, porque a reforma mantém na Constituição o artigo que obriga a diferenciação tri-

butária entre biocombustíveis e combustíveis fósseis e ao mesmo tempo cria uma alíquota única para combustíveis no Brasil, que pode ser diferenciada por produtos", esclareceu.

Interesse da sociedade

Para o vice-presidente da Bioenergia Brasil, Renato Cunha, a frente reúne parlamentares de partidos diversos para debaterem de forma inclusiva e voltada à sustentabilidade temas de interesse da sociedade. "A frente defende os estímulos e a proposição na produção das bioenergias limpas que gerem empregos, renda e sustentabilidade, à luz de tecnologias qualificadas e ambientalmente avançadas. Elas qualificam os debates e objetivam políticas públicas transitórias ou permanentes que foquem na sustentabilidade promovida pelos combustíveis limpos e renováveis", afirmou Cunha.

O senador Fernando Dueire (MDB-PE), que integra a frente, lembrou que o etanol agora ganha protagonismo na agenda energética do Congresso. "Entendemos a importância de trabalhar pelo setor, fortalecendo os elos dessa cadeia, fomentando iniciativas voltadas à inovação tecnológica com políticas públicas eficazes. Temos o desafio de ampliar o etanol como fonte de energia limpa e benéfica ao meio ambiente, valorizando um produto nacional. O setor gera mais de 2,1 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos em toda a cadeia de produção. Essa força pode e deve ser potencializada", defendeu o parlamentar.